



## Contextos e estimativas da Reforma Agrária no Brasil (1982-2010)

Luiz Antonio Norder<sup>1</sup>

### Resumo

As estratégias dos movimentos sociais vinculados à reivindicação de reforma agrária e o programas e ações governamentais para a criação de assentamentos caracterizam a história brasileira desde o início da década de 1980. A conflituosa relação entre movimentos sociais e o governo federal levou à criação de mais de 8 mil assentamentos rurais para quase um milhão de famílias, sem que, no entanto, houvesse, em grande parte dos casos, uma desapropriação de áreas improdutivas por interesse social para fins de reforma agrária, prevista na Constituição. Assentamentos “reformadores” e “não reformadores” passam a compor a pauta política de diferentes formas e se tornam uma ilustração das conquistas obtidas em contextos políticos geralmente desfavoráveis. Este texto caracteriza as diferentes conjuntas da reforma agrária no Brasil após o regime militar e apresenta estimativas sobre total de famílias assentadas em cada período, até o final do governo Lula, em 2010.

**Palavras-chave:** Reforma Agrária. Assentamentos Rurais. Movimentos Sociais Rurais.

### Contexts and stimatives of the land reform in Brazil (1982-2010)

---

<sup>1</sup> Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Rural (PPGADR) da Universidade Federal de São Carlos, Centro de Ciências Agrárias. End.: Rodovia Anhanguera, km 174, Araras, SP – Brasil – CEP 13600-970. E-mail: luiz.norder@hotmail.com.  
*Recebimento: 19/10/2013 • Aceite: 04/12/2013*

## **Abstract**

The social movements linked to the demand for agrarian reform and the government programs and actions for creating rural settlements characterize the Brazilian history since the early 1980s. The contradictory relationship between social movements and the federal government led to the creation of more than 8000 rural settlements for almost one million of families, but avoiding, in most cases, the expropriation of unproductive areas for agrarian reform, as the Constitution defines. "Reformative" and "non-reformative" settlements became part of the political agenda in different ways and become an illustration of the achievements in political contexts generally unfavorable to the social movements. This paper characterizes the agrarian reform debate in different contexts in Brazil after the military regime and presents estimatives of the total families settled in each period until the end of Lula's government in 2010.

**Keywords:** Land Reform. Rural Settlements. Grassroots.

## **Introdução**

As reivindicações populares relacionadas à implementação da reforma agrária, bem como as ações governamentais através da criação de assentamentos rurais, estão presentes em toda a história brasileira desde a redemocratização, no início dos anos 1980. A tensa relação entre movimentos sociais e Estado levou à criação de diferentes modalidades de assentamento de trabalhadores rurais que, por sua vez, passaram a se constituir como uma referência concreta das conquistas alcançadas e uma fonte de inspiração para a formação de novos grupos sociais vinculados aos movimentos sociais. Este texto caracteriza as diferentes conjuntas da reforma agrária no Brasil após o regime militar e apresenta as principais estimativas sobre total de famílias assentadas em cada período, desde o governo Sarney (1985-1989) até o governo Lula (2003-2010).

### **Reforma agrária na transição democrática (1982-1989)**

No início dos anos 1980, as características e os efeitos dos programas de modernização tecnológica e de colonização da Amazônia colocados em prática pelos militares passaram a ser mais intensamente contestados por um crescente número de organizações da sociedade civil. Questionava-se a precariedade das condições de vida dos trabalhadores no campo e na cidade, as violações de direitos humanos, a ampliação da concentração de terra e de renda, os inúmeros problemas decorrentes da transferência de populações para região amazônica, a ausência de iniciativas mínimas de reforma agrária nas regiões nordeste e centro-sul, a natureza anti-democrática das políticas agrárias e agrícolas, os impactos ambientais destas políticas e a gestão autoritária e violenta como padrão de relacionamento com a sociedade.

Surgem também novos atores sociais demandando a reforma agrária no Brasil, principalmente a partir das iniciativas de sindicatos de trabalhadores e da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), ligadas à Igreja Católica; pouco depois, num desdobramento deste processo, organiza-se o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), cuja fundação ocorre em 1984, no Paraná. Ao longo da primeira metade da década de 80, houve uma expressiva reorganização de sindicatos e de movimentos populares no campo vinculados à demanda de realização da reforma agrária prevista no Estatuto da Terra, de 1964 – e a estratégia política de realização de acampamentos e ocupações de terras improdutivas, irregulares ou em débito com o Estado tornou-se recorrente enquanto meio de pressão pela aplicação da legislação agrária (Paulilo e Fabrini, 2008).

A reforma agrária naquele contexto associou-se à defesa do direito à terra por parte de diversas comunidades camponesas, indígenas e populações tradicionais, que passaram a reivindicar o reconhecimento do direito às áreas ocupadas ancestralmente e que tornaram-se objeto de disputa com fazendeiros e empresas, gerando inúmeras situações de conflito social e

violência. Houve grande destaque para a noção, veiculada pela Igreja Católica, de *terra de trabalho* e seu contraponto com a prioridade até então conferida pelo Estado à *terra de negócio*.

No plano político nacional, a década de 1980 foi marcada por importantes acontecimentos, entre os quais a realização de eleições para governador em 1982 e a vitória de partidos de oposição aos militares em alguns Estados. Com isso, uma reforma agrária “estadual” em terras públicas passou a ser implementada em São Paulo por Franco Montoro, no Paraná por José Richa, em Pernambuco por Miguel Arraes, no Rio Grande do Sul por Leonel Brizola e em alguns outros Estados. Estas iniciativas de certa forma retomavam algumas tímidas políticas adotadas nos anos 1960, como a *Revisão Agrária* em São Paulo.

Durante o governo de José Sarney (1985-1989), o governo federal anunciou uma ambiciosa proposta de reforma agrária, o I Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), durante o IV Congresso da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (Contag), a maior instituição sindical rural da América Latina, que representava nove milhões de trabalhadores em mais de três mil sindicatos em todo o país. Isso provocou uma imediata reação de proprietários e produtores rurais, sobretudo por intermédio da Sociedade Rural Brasileira (SRB) e do órgão de representação do empresariado rural brasileiro na estrutura sindical, a Confederação Nacional da Agricultura (CNA).

Entretanto, a reação à reforma agrária não se resumiu ao campo político-institucional. O surgimento da União Democrática Ruralista (UDR) em 1985 sinalizava que a resposta dos fazendeiros à organização dos trabalhadores seria também realizada através do enfrentamento armado. Os conflitos agrários vinham deixando de ser encaminhados através de negociações políticas institucionais para se transformar em confrontações diretas e violentas entre trabalhadores e fazendeiros/proprietários. Diante da forte reação do setor ruralista, o governo Sarney acabou recuando em sua proposta anos 1980 (Bruno, 2003).

Outro momento decisivo foi o processo político que levou à Constituição de 1988. Diversos elementos da legislação agrária instituída pelos militares foram mantidos: desapropriação por interesse social, indenização do valor da terra em Títulos da Dívida Agrária (TDA) e pagamento em dinheiro e a vista pelas benfeitorias, entre outros. No entanto, o texto constitucional passou a mencionar expressamente que as propriedades consideradas produtivas não seriam desapropriadas, independentemente de seu tamanho. Desta forma, anulou-se a possibilidade de desapropriação de *latifúndios por dimensão*, como previa o *Estatuto da Terra* de 1964.

Diante dos recuos legislativos e programáticos do governo federal, configurou-se, na segunda metade da década de 1980, um novo arranjo na tensa coexistência entre, por um lado, os diversos obstáculos políticos, jurídicos, operacionais, administrativos e legislativos para a realização da reforma agrária e, por outro, o fortalecimento e expansão da organização dos trabalhadores que demandavam a distribuição de terras a partir dos acampamentos e ocupações de terras.

O resultado deste contraditório processo foi a formação de quase 700 assentamentos pelos governos estaduais e federal nos anos 1980, atendendo a aproximadamente 146.165 mil famílias até 1989, segundo informações sistematizadas por Girardi (2008). O MST, que até então tinha sua atuação mais circunscrita às regiões Sul e Sudeste, começa a se expandir para as regiões Centro-Oeste, Nordeste e Norte. A instalação de acampamentos e as ocupações de terra afiguravam-se, ao lado de diversas manifestações públicas, entre as estratégias decisivas para fazer com que a reforma agrária tivesse alguma efetividade. Sob o predomínio de medidas estatais esboçadas como resposta pontual à atuação dos movimentos sociais, foram sendo criados assentamentos com a finalidade de atenuar os conflitos gerados pelos acampamentos e ocupações de terras, sem que houvesse qualquer política sistemática voltada para o desenvolvimento da produção e para a constituição da infra-estrutura social nas áreas reformadas.

Por outro lado, começavam a ser esboçadas algumas políticas públicas de apoio à produção nos assentamentos, apesar da descontinuidade e da reduzida abrangência, como é o caso da criação, em 1985, do Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária (Procera). Neste processo, surgem novos acampamentos e multiplicam-se as ocupações de terra, ao mesmo tempo em que, nas áreas recém conquistadas, uma parte dos assentados passou a organizar a produção com grande diversidade, eficácia e inovação, de forma a reforçar e estimular a luta pela terra.

### **Reforma agrária nos governos Collor e Itamar (1990-1994)**

O início dos anos 90 foi caracterizado pelo predomínio da ideologia neoliberal e sua perspectiva de reduzir ao mínimo a ação do Estado na economia e na sociedade – e de se ampliar ao máximo o funcionamento do livre mercado. A reforma agrária passou a ser interpretada como um elemento incompatível com as diretrizes gerais de ação política e econômica, já que qualquer “intervenção” no “mercado de terras” era considerada contraproducente, ineficaz e indesejável.

Esta incongruência entre reforma agrária e as demais políticas de desenvolvimento sócio-econômico marcou o conturbado governo Fernando Collor de Mello, primeiro Presidente eleito pelo voto popular após o regime militar, que assumiu a Presidência em 1990 com a promessa de enxugamento da máquina pública e de inserção do país naquilo que chamava de modernidade. Entretanto, o otimismo com o livre mercado contrastava com a percepção preponderante na sociedade de que o então chamado “desemprego estrutural” e a queda no valor dos salários seriam decorrências inexoráveis de fatores macro-econômicos; considerava-se que o desenvolvimento das tecnologias e do próprio capitalismo demandaria um volume decrescente de mão-de-obra e que a globalização, apresentada como algo inevitável, tenderia a agravar ainda mais estes problemas.

Collor deixou a Presidência após menos de três anos, em meio a um processo de cassação motivado por denúncias de corrupção; contra ele pesava também uma profunda insatisfação popular diante da desvalorização dos salários, da precarização das condições e das relações de trabalho, além da queda na qualidade de vida dos trabalhadores, do aumento do desemprego e do advento da estagflação, isto é, a combinação entre estagnação econômica e inflação.

No final de 1992, Itamar Franco, até então vice de Collor, assumiu a Presidência e passou a reconstruir o arranjo entre as forças político-partidárias do país e, entre outras medidas, estabeleceu um novo diálogo com movimentos sociais e sindicais rurais. A Lei n° 8.629, a Lei Agrária de 1993, regulamentou os artigos constitucionais relativos à reforma agrária e permitiu classificar como improdutivo (e, portanto, passível de desapropriação para fins de reforma agrária, conforme a Constituição de 1988) um total cerca de 115 milhões de hectares, pertencentes a 57.188 proprietários.

Entre 1990 e 1994, foram criados 401 assentamentos para 57.194 famílias, a maior parte na região Norte do país (Girardi, 2008). Isso indicava uma continuidade da política fundiária iniciada pelos militares de não realizar ações de reforma agrária nas regiões Sul, Sudeste e Nordeste, onde predomina uma ocupação mais antiga, uma estrutura fundiária mais consolidada, maior atividade econômica e povoamento mais intenso. A reforma agrária acabou por se restringir, em boa medida, às medidas de regularização fundiária em áreas de conflito ou com a distribuição de terras públicas para a expansão da fronteira agrícola na Amazônia (Costa, 1998). Foram anunciados dados oficiais sobre a realização da reforma agrária com o fim de responder à pressão dos movimentos populares, mas com uma reduzida utilização das desapropriações por interesse social das propriedades rurais improdutivas ou em situação irregular.

### **Reforma Agrária nos governos FHC (1995-2002)**

Até aquele momento, ou seja, considerando os governos Sarney, Collor e Itamar Franco, havia pouco mais de 200 mil famílias inseridas nas variadas e contraditórias políticas de assentamento. Mattei estima que havia em dezembro de 2012 um total de 153.141 famílias que teriam sido assentadas até 1994 (Mattei, 2012: pág). Após as eleições presidenciais de 1994, vencida por Fernando Henrique Cardoso, em uma coligação de centro-direita, a reforma agrária continuou presente na pauta política nacional, não exatamente como um componente considerado estratégico na ação do Estado, mas como medida atenuadora de problemas políticos decorrentes da presença de acampamentos e ocupações de terra, organizados para reivindicar o cumprimento da Constituição.

O programa de governo FHC previa o assentamento de 240 mil famílias entre 1995 e 1998. Nos governos anteriores, houve o assentamento de 13 mil famílias ao ano. A meta anual de 60 mil famílias assentadas era oficialmente apresentada como um avanço, ainda que tivesse ficado abaixo da reivindicação dos movimentos populares. Esta relativa ampliação de metas ainda assim exigiria a criação de um aparato administrativo e político mais eficiente que o até então estabelecido.

Episódios como a chacina de trabalhadores em Rondônia em agosto de 1995, logo nos primeiros meses do governo FHC, seguida por outra similar no Pará após alguns meses, também com dezenas de assassinatos, execuções sumárias, centenas de feridos e diversas violações aos direitos humanos por parte de autoridades policiais e paramilitares, indicavam que os conflitos agrários vinham se transformando em uma fonte de problemas políticos de dimensões internacionais. O MST passa a ser cada vez mais mencionado como um dos mais destacados movimentos sociais de contestação ao projeto neo-liberal no Brasil.

Iniciava-se uma interface de grande tensão entre governo e movimentos sociais, especialmente com o MST e a CPT. O governo FHC, reeleito em 1998, editou a Medida Provisória n. 2.027-43/2000, proibindo a realização de avaliações e vistorias por dois anos nas propriedades que tivessem sido objeto



de “invasão”, deixando-as imunes à desapropriação. Os participantes de ocupações de terras ou de prédios públicos ficariam automaticamente excluídos dos programas de reforma agrária. Paralelamente, o governo lançou um programa de crédito fundiário, apoiado pelo Banco Mundial, e convidou os interessados a enviar um cadastro pelo correio.

A reação do MST foi a de intensificar sua mobilização, mediante a realização de ocupações e a organização de marchas nacionais de protesto, e a de acirrar a confrontação política, incluindo, entre muitos outros episódios, a ocupação de uma fazenda da família de FHC em Minas Gerais. Da parte do governo, houve um expressivo corte no repasse de verbas e a apresentação de denúncias contra supostas irregularidades na utilização de recursos públicos destinados às cooperativas ligadas ao MST (Carter, 2010).

O total de famílias assentadas nos oito anos de governo FHC, segundo Girardi (2008), foi de 457.668 famílias em 22,3 milhões de hectares, isto é, uma média de 57,2 mil famílias por ano em um total de 4.298 assentamentos. Mas estes números foram refutados por diversas organizações da sociedade civil, que questionavam a veracidade e a correção das informações oficiais. Mais uma vez, medidas de regularização fundiária e projetos de colonização em áreas de fronteira agrícola na região amazônica apareciam, de forma dúbia e imprecisa, entre as estatísticas de reforma agrária. Assim, cerca de 30% de todas as ações de reforma agrária anunciadas pelo governo situava-se na região Norte do país. Para Mattei (2012), houve o assentamento de 510.302 famílias nos anos FHC, das quais 404.214 continuavam nos assentamentos em dezembro de 2012.

Entretanto, para além do número de famílias assentadas, é necessário salientar a criação, na segunda metade dos anos 1990, de dois instrumentos de políticas públicas associadas à reforma agrária e à agricultura familiar: a) o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), em 1996 (em substituição ao Programa de Valorização da Pequena Produção Rural e ao Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrário) e b) o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronea), em 1998, visando o

fortalecimento do sistema público de ensino nas áreas destinadas à reforma agrária.

### **A reforma agrária nos governos Lula (2003-2010)**

Ao vencer as eleições presidenciais em 2002, Lula se deparou com mais de 670 mil famílias oficialmente assentadas e cerca de 230 mil famílias acampadas, a maior parte ligada ao MST. Houve grande expectativa nos movimentos sociais de que a reforma agrária seria impulsionada. O lançamento do II Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) logo nos primeiros meses do governo indicava como metas o assentamento de 400 mil novas famílias e diversas medidas que não necessariamente implicavam em uma *redistribuição* da terra, mas a consolidação do acesso à terra pela agricultura familiar, especialmente: a regularização de 500 mil posses, o acesso ao crédito fundiário para um total 150 mil famílias, o reconhecimento e titulação de áreas quilombolas e o *reassentamento* de populações atingidas por barragens de hidrelétricas.

Nos dois primeiros anos do governo Lula, o número de ocupações de terras praticamente duplicou em relação aos anos finais do governo FHC. No entanto, as esperanças dos movimentos sociais foram aos poucos sendo desfeitas. Mesmo prevendo a aplicação de medidas não litigiosas para a realização de assentamentos, o número de famílias assentadas entre 2003 e 2006, segundo Girardi (2008), ficou em 252.019, uma média de quase 63 mil famílias assentadas anualmente, em um total de 2.293 assentamentos.

No segundo mandato, a atuação federal voltada para a criação de assentamentos se intensificou, de forma que, nos oito anos de governo Lula, chegou-se ao assentamento, segundo Mattei (2012) de 640.860 famílias em 3.630 Projetos, sendo que em dezembro de 2012 foram identificadas 363.017 famílias em assentamentos iniciados entre 2003 e 2010 – uma diferença de 46%. O governo Lula, assim como os anteriores, priorizou a atuação na região Norte, em áreas de expansão da fronteira agrícola e com elevados índices de desmatamento, e as medidas de *regularização* do acesso em lugar de ações

de *redistribuição* da terra. Se considerarmos apenas o total de *novas* famílias assentadas, o resultado da reforma agrária do governo Lula cai para menos da metade, segundo levantamento do Dataluta, organizado pela Universidade Estadual Paulista (UNESP).

Oliveira (2010) analisou os dados oficiais do INCRA sobre a reforma agrária no governo Lula e concluiu que 26% das famílias assentadas teriam sido contempladas por medidas de regularização da documentação de áreas anteriormente ocupadas; além disso, houve uma reocupação de lotes abandonados em antigos assentamentos, o que representou cerca de 38% do total oficialmente anunciado. Nestas duas situações, que representam praticamente dois terços do total de famílias contabilizadas pelo INCRA como assentados, não houve exatamente uma *redistribuição* da terra – ou de “assentamentos não reformadores”, que representam 43,9% do total de famílias assentadas nos quatro anos do primeiro governo Lula, de acordo com Girardi (2008).

Além disso, com a finalidade de manter o apoio da bancada ruralista, o governo Lula preservou a Medida Provisória criada por FHC que interditou a realização de vistorias para a desapropriação em fazendas ocupadas por integrantes de movimentos sociais. Promessas para aperfeiçoar a operacionalização da reforma agrária, como a atualização dos índices de produtividade para as grandes propriedades e o aperfeiçoamento processual para reduzir o custo final das indenizações, também não foram cumpridas.

No final dos dois mandatos havia no país um total de aproximadamente 100 mil famílias acampadas reivindicando a criação de assentamentos, das quais 60 mil ligadas ao MST; as demais vinham sendo organizadas em vários outros movimentos sociais e sindicais. Houve um aumento na violência no campo durante o governo Lula. Dados da Comissão Pastoral da Terra (CPT) apontam para um aumento nas tentativas de homicídio e nas ameaças de morte, no número de presos e de pessoas torturadas, bem como no total de famílias despejadas ou ameaçadas pela ação de grupos paramilitares.

Foram observadas duas medidas pontuais voltadas especificamente aos movimentos sociais e às famílias acampadas e assentadas: a) a implantação do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), que prevê a realização de compras governamentais de alimentos produzidos por assentados e demais agricultores familiares, o que vêm contribuindo significativamente para a geração de renda agropecuária; b) a proposição do 3º Plano Nacional de Direitos Humanos (PNDH3), que previa a criação de procedimentos mais rigorosos e participativos para solucionar os casos de reintegração de posse de áreas disputadas por movimentos sociais – e que não chegou a ser implementado. Além disso, houve uma ampliação das políticas sociais nos assentamentos, especialmente no que se refere ao acesso à energia elétrica, transferência de renda (Programa Bolsa Família) e habitação, o que não anulou um forte sentimento de decepção em relação ao governo Lula.

### **Considerações Finais**

O tema da reforma agrária este presente na pauta política brasileira desde o início do processo de redemocratização, no início dos anos 1980. A partir de movimentos sociais rurais, amparados por setores da Igreja Católica, especialmente as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e a Comissão Pastoral da Terra (CPT), surge o Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST) em 1984, que definiu a formação de acampamentos e a ocupação de terras em disputa como estratégias de mobilização e pressão política.

Diante disso, o Presidente Sarney anunciou, em 1985, o I Plano Nacional de Reforma Agrária, mas a reação ruralista levou a um forte recuo que seria tomado como emblemático durante o processo político que levou à Constituição de 1988, na qual as propriedades rurais consideradas produtivas, diferentemente do que determinava o Estatuto da Terra de 1964, tornaram-se imunes à desapropriação por interesse social. Ainda assi, foram criados, ao longo dos anos 80, as primeiras linhas de crédito para os assentamentos de

reforma agrária, o que antecipou a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), em 1995.

Nesta contraditória relação entre a pressão popular e as ações governamentais, foram criadas diferentes políticas de assentamento que, mesmo evitando as desapropriações em favor de projetos de colonização na região Amazônia e outras medidas “não reformadoras”, como a ocupação de terras pública e os programas de crédito fundiário, permitiram o assentamento de 146 mil famílias até 1989, outras 57 mil até 1994, 457 mil entre 1995 e 2002 e 640 mil entre 2003 e 2010. Há, como vimos, uma série de questões relacionadas à estas estimativas que apontam para quase 1,3 milhões de famílias assentadas desde os anos 1980. Mattei (2012) mostra, no entanto, que em 2010 um total de 920 mil famílias permaneciam em 8.641 assentamentos criados desde o início da redemocratização.

A vinculação aos assentamento permite às famílias uma organização específica das demandas coletivas em relação às políticas públicas. Ao lado das linhas de crédito vinculadas ao PRONAF, a criação, durante o governo Lula, do PAA (Programa de Aquisição de Alimentos) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) tem permitido uma ampliação na geração de renda na agricultura familiar em geral e nos assentamentos. Além disso, tem sido crescente o debate sobre a qualidade dos assentamentos e o direcionamento de um conjunto de políticas sociais, especialmente para eletrificação, habitação, acesso à água e transferência de renda através do Programa Bolsa Família.

Há, por outro lado, diversos mecanismos de contenção da demanda social de reforma agrária, seja pela criação de obstáculos jurídicos e administrativos no processo de desapropriação, a desatualização dos índices de produtividade para as propriedades rurais, a repressão policial, a redução das metas para as ações governamentais, entre outras. Ainda assim, em 2006, o Censo Agropecuário do IBGE apontava para um total de 4,3 milhões de estabelecimentos considerados como parte da agricultura familiar. Em 2010, nas diferentes modalidades de assentamentos, entre as reformadoras e não

reformadoras, encontravam-se mais de 900 mil famílias, algo próximo a 20% do contingente de agricultores familiares no Brasil.

## Referências

Bruno, R.A.L. Nova República: a violência patronal como prática de classe, *Sociologias*, Porto Alegre, n. 10, jul/dez 2003, pág.284-310.

Carter, M. (org.), *Combatendo a desigualdade Social: o MST e a reforma agrária no Brasil*. São Paulo: Editora Unesp, 2010, 563 páginas.

Costa, L. F. C e R. Santos (org.), *Política e Reforma Agrária*. Rio de Janeiro: Mauad, 1998, 245 páginas.

Girardi, Eduardo Paulon. Proposição teórico-metodológica de uma cartografia geográfica crítica e sua aplicação no desenvolvimento do atlas da questão agrária brasileira / Eduardo Paulon Girardi. - Presidente Prudente: , 2008, 347 f., Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia

Mattei, Lauro Francisco. A reforma agrária brasileira: evolução do número de famílias assentadas no período pós-redemocratização do país, *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, vol. 20, n. 1, 2012: 301-325

Paulilo, E. T. e J. E. Fabrini (org.), *Campesinato e territórios em disputa*. São Paulo: Expressão Popular, 2008, 495 páginas

Oliveira, Ariovaldo Umbelino, A Questão Agrária no Brasil: não reforma e contrarreforma agrária no governo Lula. In: Conselho Regional de Economia, Sindicato dos Economistas e Centro de Estudos para o Desenvolvimento (Org.). *Os Anos Lula: contribuições para um balanço crítico*. Rio de Janeiro: Garamond, 2010, p. 287-328.